



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

h
me

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO REALIZADA NO DIA 21 DE JUNHO DE 2024 -----

Aos vinte e um do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, pelas dezoito horas, reuniu-se no Edifício da Assembleia Municipal de Mondim de Basto o órgão deliberativo deste Município. -----

PRESENÇAS: -----

O deputado municipal José Ricardo Brás de Oliveira, impossibilitado de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, Ana Patrícia Teixeira da Silva.

Encontravam-se presentes nesta sessão todos os elementos que nos termos do art.º 48º da Lei 169/99 de 18 de setembro com a redação que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 janeiro, se impunha a obrigatoriedade ou dever de presença. -----

ABERTURA DA REUNIÃO -----

Pelas dezoito horas e dez minutos o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, declarou aberta a presente reunião, transmitida em direto, dando início à ordem de trabalhos. -----

Antes de entrar na ordem do dia o senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, referiu que o Executivo tinha entregado à Mesa a documentação solicitada pelo grupo municipal do Partido Socialista, tendo procedido à entrega da documentação ao respetivo líder de bancada. Pediu que conferissem se a documentação entregue correspondia ao solicitado e, se estivesse alguma em falta, que até ao final da sessão se manifestassem para poder desencadear, se for o caso, os mecanismos legais. -----

1-Ordem do dia -----

1.1- Assuntos gerais de interesse para o Município -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Oliveira Silva** usou da palavra para dizer que aproveitava este ponto para deixar aqui algumas considerações e notas de assuntos de interesse geral. O primeiro tem a ver com a ampliação da rede de saneamento e construção da Etar na freguesia de Atei. Dizer que desde há vários anos que na freguesia se encontra a ser executada a empreitada de ampliação da rede de saneamento e concessão da Etar na freguesia de Atei. De acordo com os elementos públicos da autarquia, o seu prazo de execução previsto no contrato inicial, datado de 25 de junho de 2021, era de 570 dias, acrescido de um prazo de trinta dias no contrato adicional, datado de 26 de abril de 2023.



bo
me

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Como esses prazos já foram largamente ultrapassados, mesmo considerando as questões legais deixadas por resolver pelo anterior Executivo, questionou por que razão a obra ainda não está concluída. Também questionou por que razão ainda não se procedeu à reparação da repavimentação das valas onde foram colocadas as condutas e a reposição do pavimento onde ainda esse trabalho não foi executado. Todas as obras de infraestrutura de saneamento básico provocam, como sabem, grandes transtornos às populações onde as mesmas se executam, tendo a necessidade de haver por parte da autarquia uma preocupação acrescida relativamente à exigência de cumprimento dos prazos e execução contratuais, o que parece não existir. De seguida referiu outro assunto relacionado com a rede de saneamento da freguesia de São Cristóvão de Mondim de Basto. No dia 16 de Maio de 2019, foi celebrado um contrato de empreitada para a ampliação da rede de saneamento da freguesia de São Cristóvão de Mondim de Basto, obra deveras importante e necessária, que foi executada para dotar a freguesia de uma maior cobertura em termos de rede de saneamento. Mas cinco anos se passaram e ainda a mesma não se encontra em funcionamento. Só muito recentemente, segundo informações dadas pelo senhor Vereador José Carlos Amorim, é que a ligação da Etar de Britelo em Celorico de Basto para onde são conduzidos os efluentes que anteriormente eram descarregados diretamente para o Rio de Tâmega foi efetuada. Mas esse efluente apenas diz respeito à rede de saneamento já existente e construída pelo Executivo de então nos anos oitenta. Relativamente às novas condutas, nada ainda foi ligado, encontrando-se as mesmas sem qualquer utilização. É do conhecimento público que estão a ser enviadas pela autarquia notificações aos munícipes para que procedam às ligações da sua rede interna às caixas de ligação existentes na via pública. Acontece que, em várias situações, a localização dessas caixas de ligação existentes na via pública e executadas no âmbito da empreitada não permitem que os munícipes procedam à respetiva ligação sem recorrer a meios de elevação, ou seja, através de uma bombagem. Isto acontece porque não houve a preocupação em projeto e em obra de localizar essas caixas de ligação a uma cota que permitisse uma ligação por gravidade. Nesse sentido, questionou o seguinte: o que pensa a autarquia fazer nos casos em que a caixa de ligação do saneamento não esteja a uma cota que permita a sua ligação sem recurso a meios de mecânicos de elevação? Irá reportar esse custo para os munícipes que assim terão, para além do custo de aquisição e montagem de uma bomba para conseguir encaminhar os seus efluentes para a rede pública de saneamento, um custo acrescido no consumo de energia elétrica ou irá proceder à retificação da obra nos casos em que isso aconteça? Neste ponto referiu que também gostaria de ser informado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Handwritten signature/initials in blue ink.

sobre o ponto da situação da ligação de toda à rede de saneamento da zona do Alto da Corda junto ao Rio Cabril. Há vários meses, foram informados, nesta Assembleia, de que estaria para breve essa mesma resolução. De seguida referiu que a 30 de Outubro de 2023 foi celebrado com a autarquia o contrato de empreitada de melhoria das condições de visitação do Miradouro das Fiskas de Ermelo com um prazo de execução de cinco meses. O seu prazo de execução já terminou e a obra não se encontra ainda concluída, tendo inclusive estado parada nos últimos tempos. Gostaria de saber quais as razões para que tal esteja a suceder. Esta situação é da responsabilidade do empreiteiro, deficiências do projeto ou da autarquia? E por fim, como último assunto, referiu que gostaria de trazer à colação o assunto que tem a ver com a homenagem ao antigo Presidente da Câmara Fernando Pinto de Moura. O CDS-PP teve conhecimento, através da comunicação social regional, de que foi aprovada na última reunião de Câmara uma proposta no sentido de que o antigo Presidente da Câmara Municipal de Mondim de Basto fosse homenageado com a atribuição do seu nome ao Parque Urbano de Mondim de Basto, vulgo a Zona Verde. Homenagem, no seu entender, que apenas peca por tardia, apesar de, por várias vezes nesta Assembleia, o CDS-PP ter falado na necessidade da mesma ser feita. Finalmente, e muito justamente, está para chegar o seu dia. O CDS-PP, por entender que essa mesma homenagem deveria ter um âmbito suprapartidário e o mais abrangente possível, alargada a toda a população civil, entende que a mesma deveria ser alvo de discussão e aprovação nesta Assembleia Municipal, tanto mais que o assunto foi aqui referido, inclusive com a manifestação de apoio de todas as bancadas partidárias, faltando apenas a sua formalização oficial. No entanto, e para cabal esclarecimento por se tratar de um assunto de reconhecida justiça, referiu que o CDS-PP questionava o seguinte: em que moldes vai ser feita a homenagem? A família do ex-presidente Fernando Pinto de Moura, já falecido, é conhecedora da homenagem e já foi contactada para o efeito? Irá ser construída alguma referência tipo busto ou similar que assinale a homenagem e, em caso afirmativo, onde se localizará e que tipo de referência será? Para concluir, referiu que CDS-PP se congratulava novamente pela realização desta homenagem não só porque Fernando Pinto Moura, nos três mandatos em que foi eleito pelo CDSPP, marcou uma época de grande desenvolvimento do Concelho, fazendo dele uma referência na região, mas também ao seu carácter altruísta e desinteressado que, após a sua saída da Câmara, nunca procurou nenhum outro lugar, como habitualmente acontece. -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para questionar o senhor Presidente da Câmara no sentido de saber como é que justifica a falta de limpeza



fo
me

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

das bermas, valetas e caminhos nas freguesias da responsabilidade da Câmara, logo agora se tem fartado de contratar e que tem apenas duas freguesias a seu cargo. Considera que é vergonhoso estarmos em junho e haver sítios que não foram limpos uma única vez. Referiu que normalmente não fala em causa própria, contudo o problema é transversal a muitos Mondinenses. Acrescentou que teve o cuidado de alertar pessoalmente o senhor Presidente da Câmara para a situação da travessa do Ervideiro, há dois meses, local onde mora. Trata-se de uma via que é usada por motociclos e que, fruto da falta de limpeza, já no ano passado causou uma queda, felizmente sem danos físicos, mas com danos materiais. Uma vez que nada foi feito, enviou um e-mail com fotos a expor o problema no local, mas, mesmo assim, nada de limpeza. Referiu que o próprio e os seus vizinhos já limparam o caminho três vezes este ano. É nestas alturas que se questionam sobre a forma como têm sido geridos os recursos humanos da autarquia. Mas acrescentou que podia deixar-lhe aqui uma sugestão: com a experiência que o próprio e os seus vizinhos têm, podia contratar uma avença com eles para limparem todos os anos. Afinal de contas era só mais uma avença. Referiu que à data a autarquia limpa apenas duas freguesias, comprou carros e máquinas, sendo que em Mondim só se veem carros da Câmara a circular, contratou pessoal (só de uma vez foram 15 assistentes operacionais). A autarquia tem mais equipamento, tem mais pessoal, tem menos área para limpar e nunca as bermas e valetas estiveram tão sujas. A Câmara não pode exigir que os proprietários façam as limpezas nos seus terrenos e ao mesmo tempo não fazer o seu trabalho. De seguida, e ainda no mesmo tema das contratações, referiu a contratação de mais duas empresas de serviços de coordenação de segurança em obra e fiscalização, num valor de mais 40 mil euros, para fazer um trabalho que podia ser executado pelos recursos técnicos da Câmara. Mais uma vez, contrata-se pessoal e depois entrega-se o trabalho a empresas externas. Relativamente à linha de muito alta tensão referiu que gostaria de saber se há algum desenvolvimento neste processo. -----

A deputada municipal **Maria Altina da Costa Carvalho** usou da palavra para dizer que a Câmara Municipal de Mondim de Basto deliberou, em reunião de Câmara no dia 13 do corrente mês de junho, a aprovação da proposta de atribuição de toponímia ao parque de lazer designado Zona Verde de Parque Urbano Fernando Pinto de Moura. Os membros do Partido Social-Democrata representados nesta Assembleia Municipal congratulam-se com tão merecida homenagem a Fernando Carvalho Branco Pinto de Moura, Presidente da Câmara Municipal entre 1983 e 2009. Foram 26 anos da sua dedicação à causa pública. Enquanto autarca, Fernando Pinto de Moura, com a sua maneira de ser, tocou de uma forma



João
me

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

ou de outra todos os Mondinenses. Podemos mesmo afirmar que marcou uma época, a sua época, pois teve a visão e o mérito de transformar o nosso concelho num concelho de referência e de liderança em toda a região de Basto. Crê que todos, sem exceção, seja qual for a orientação partidária, podem afirmar que existe um Mondim antes e outro Mondim após a passagem de Fernando Pinto de Moura pela presidência da Câmara Municipal de Mondim de Basto. Esta homenagem é, portanto, um gesto de inteira e merecida justiça por tudo o que Fernando Pinto de Moura fez por Mondim de Basto e por todos os mondinenses, mas é, ao mesmo tempo, demonstração de uma profunda gratidão de todos os mondinenses ao homem e ao autarca Fernando de Carvalho Branco Pinto de Moura. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Atei, **Joaquim Agostinho da Mota Pereira**, usou da palavra para dizer que não podia deixar de vir aqui falar da limpeza das bermas e valetas após verificar o estado em que se encontra a sua freguesia, não desejando que o senhor Presidente da Câmara encare a sua observação como uma crítica mas sim como uma constatação, pois os serviços da Câmara andam no terreno mas ainda falta muito para concluir a primeira volta. Com isso, as pessoas da freguesia têm demonstrado o seu descontentamento. E está mais que provado que as juntas de freguesia, devido à sua proximidade, conseguem manter as freguesias mais limpas e em mais curto espaço de tempo. Este ano, a Câmara Municipal tem apenas a responsabilidade de executar limpeza em duas freguesias, a de Atei e a de São Cristóvão de Mondim de Basto, e as coisas estão como estão. Espera que, com isto, decidam de uma vez por todas entregarem definitivamente essas competências às juntas de freguesias. Neste sentido, pediu que revissem as propostas já enviadas pela sua freguesia ou então que fizessem contrapropostas justas para ambas as partes, e de uma vez por todas, para que, no ano de 2025, logo em janeiro, as juntas saibam com o que podem contar e possam contratar mais funcionários para poderem dar as devidas respostas nas suas freguesias. Manifestou que também queria deixar aqui uma grande preocupação. Andaram todos durante estes anos passados a discutir medidas para dar incentivos à natalidade. As crianças nascem e os pais, quando terminam as suas licenças e começam a trabalhar, não têm onde os deixar os seus filhos. Considera que é urgente agilizar esse tipo de resposta uma vez que a única creche existente no concelho está sempre lotada e os pais têm que recorrer aos concelhos vizinhos para deixar as suas crianças. No caso de Atei, vão para a creche de Cerva e de Cavez e quando chegam à idade de ir para o jardim-de-infância e para o centro escolar não regressam, mantendo-se a frequentar os estabelecimentos de ensino dos concelhos vizinhos, o que não é nada bom para o nosso concelho. Sugeriu que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Handwritten signature

se pensasse em transformar o Jardim de Infância da Praça de Atei também em creche. Acha que seria uma excelente aposta para o município e uma excelente resposta a dar às nossas gentes. Para terminar referiu que constatou que a plataforma do Orçamento Participativo ainda não estava disponível pelo que questionou se havia algum problema. -----

A deputada municipal **Ana Patrícia Tapado Alves** usou da palavra para dizer que parecia que começa a fazer parte da ordem de trabalhos trazer sempre o mesmo tema à discussão. Relembrou e realçou que a documentação pedida nesta Assembleia deve ser entregue a tempo de ser analisada e discutida na sessão seguinte mas, ainda assim, continuam na saga dos documentos não entregues: o procedimento de contratação dos nadadores salvadores para a época balnear de 2022; o mapa de compromissos assumidos e a taxa de execução das seguintes rubricas referentes ao ano de 2022, já encerrado, e 2023 até à data; os estudos, parceiros, projetos e consultoria, outros trabalhos especializados e outros serviços. Estes documentos foram inicialmente pedidos em junho de 2023, há precisamente um ano. Portanto, gostaria mais uma vez de deixar duas notas. A primeira para o senhor Presidente da Câmara no sentido de saber como é que justifica que, passado um ano, continua a não entregar os documentos, esconder ou entregar parcialmente, tentando ludibriar os membros desta Assembleia e também, em última instância, enganando também os Mondinenses. Documentação como a execução de uma rubrica ou contratação de serviços não é assim tão complicado de apresentar e entende que o senhor Presidente não pode continuar a alegar que é um problema dos serviços porque aí estará a chamar incompetentes aos funcionários do município. A segunda nota é para o senhor Presidente da Assembleia pois considera que está na hora de avançar com o que estiver previsto legalmente para acabar com esta falta de transparência, uma vez que já não acreditam em qualquer justificação do senhor Presidente da Câmara e parece-lhe que a falta de respeito para com esta Assembleia já ultrapassou o limite do tolerável. Ainda no tema dos documentos, referiu que, relativamente ao processo de negociação da engenheira civil e a justificação para a sua colocação no índice remuneratório superior, as duas folhas que foram entregues referem apenas a lei que permite este reposicionamento. O documento refere que se aplica o artigo 38 da lei 35 de 2014 que diz o seguinte: «o acordo ou a proposta de adesão são objeto de fundamentação escrita pelo empregador público». Questionou se estas duas folhas são realmente a totalidade do processo de negociação. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, usou da palavra para dizer que também foi surpreendido pela informação que foi prestada pelo



Handwritten signature

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

senhor deputado Fernando Silva de que a Câmara terá tomado uma decisão sobre a homenagem ao ex-Presidente Fernando Pinto, o que veio depois a ser reforçado pela intervenção da senhora deputada Altina Carvalho. Referiu que queria reforçar, e que é justo fazê-lo, aquilo que disse o senhor deputado Fernando Silva de que a Assembleia Municipal deveria ser chamada a tomar uma posição, que seria uma posição favorável e que só iria reforçar a posição da Câmara. Do ponto de vista legal, consultou aqui rapidamente as atribuições da Assembleia pelo que não está em condições de dizer que legalmente é obrigatório que o assunto passe pela Assembleia Municipal. Sabe que há uma comissão de toponímia da Assembleia Municipal, onde esse assunto deveria ter sido discutido. Lamentou que esse assunto não tenha passado aqui pela Assembleia, porque se tivesse passado haveria uma tomada de posição da Assembleia, que seria certamente unânime ou maioritária, reforçaria esse gesto, e essa homenagem, envolveria a Assembleia Municipal nessa homenagem. Afirmou que é bom que a Assembleia não seja apenas um órgão confirmativo. A Assembleia tem atribuições, devem ser respeitadas, têm que ser respeitadas, mas o papel da Assembleia deverá ir para além disso. E o ir para além disso é, em algumas situações, como pode ser o caso em que a Assembleia não tem legalmente pronúncia sobre o assunto, mas um assunto desta natureza deve vir à Assembleia, aliás tal como o assunto que referiu na última Assembleia sobre o busto que foi colocado ilegalmente numa praça. Considera que é bom que esses assuntos tenham a máxima convergência possível e que a Assembleia também seja chamada a pronunciar-se, mesmo que seja uma tomada de posição, e portanto lamentou em nome da Assembleia que os senhores deputados e as senhoras deputadas tenham sido postos ao lado de uma decisão em que deveriam ter sido envolvidos. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que iria procurar responder a todas as questões que lhe foram colocadas. Começando pela intervenção do senhor deputado Fernando Silva que evidenciou o atraso efetivo da operação da rede de saneamento de Atei, esclareceu que de facto extravasava muito aquilo que era o prazo de execução, sendo uma constatação, mas que no que diz respeito àquilo que sejam as diligências por parte do Município, quando a obra estiver concluída, assim o farão e assim decidirão a melhor forma. Deu nota também que relativamente às pavimentações, nas próximas semanas estas estarão concluídas, não só as do âmbito da empreitada, mas também a reposição de pavimentações na estrada que neste momento se encontram também já com essa necessidade. Relativamente ao alargamento da rede de saneamento em Mondim, afirmou que as pessoas já começaram a ser notificadas para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

proceder à sua ligação e já têm demonstrado o interesse nessa ligação. Relativamente à localização das caixas presume que sejam enquadradas também naquilo que foi definido no projeto, portanto, certamente que todas as caixas que estavam previstas foram colocadas e que estão feitas também de acordo com aquilo que é a identificação já dos proprietários. Acrescentou que se tem detetado já que efetivamente há pessoas que terão maior facilidade em proceder à ligação, outras terão maior dificuldade, mas a responsabilidade efetivamente é dos proprietários mas a Câmara está sensível e tem feito também um acompanhamento no terreno de sensibilização das pessoas para procederem à ligação e tentar transmitir já informações técnicas sobre qual será a melhor forma para proceder à ligação. Relativamente ao ponto de situação da ligação do Rio Cabril, referiu que foi à Câmara, mesmo na passagem provisória do gás, a apresentação do projeto da ponte definitiva pelo que foi necessário desenvolver um projeto para apresentar ao IP, não só o projeto da ligação provisória mas também aquela que será depois a ligação definitiva. Só nestas circunstâncias é que nos dariam autorização. Neste momento está do lado da IP proceder a essa autorização. Relativamente à homenagem ao Fernando Pinto, referiu que de facto as atribuições da Assembleia Municipal são umas, do Executivo e da Câmara Municipal são outras. Neste momento e fazendo aqui o ponto de situação, esclareceu que houve uma comissão de mondinenses que manifestou a vontade de poderem também colaborar na homenagem ao ex-Presidente da Câmara, tendo nesse sentido essa comissão sido ouvida. Portanto, comungamos todos, não só o Executivo, mas como também já foi aqui evidenciado na Assembleia Municipal, essa vontade de criar a homenagem. E, efetivamente, a proposta de toponímia foi levada à reunião de Câmara, foi aprovada por unanimidade por todos os vereadores e pelo Presidente de Câmara, no sentido de se proceder à alteração da toponímia, tomando em conta também aquilo que era a vontade dessa comissão. Aliás, a própria proposta foi acompanhada de todas as assinaturas que foram recolhidas junto da população para que se confirme exatamente aquilo que é uma vontade, também ela popular, e foi então apresentada a proposta para a alteração da toponímia, mudando o nome da designada Zona Verde para o nome do ex-Presidente da Câmara e também com a colocação de um monumento, no fundo representativo desta mesma homenagem, e que será inaugurado no Dia do Município. Na verdade, todo este procedimento, a localização do monumento, até a própria definição gráfica e produção do monumento, tem sido feita com o acompanhamento da Comissão do conjunto dos Mondinenses que nos apresentaram este abaixo-assinado. Portanto, tem sido aqui um trabalho colaborativo e, portanto, de partilha também de sugestões e certamente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

TP
SME

que irá ao encontro da população Mondinense. Relativamente à questão sobre a limpeza das bermas e valetas, e respondendo de forma transversal para os senhores deputados, registou que foi dito que só nas freguesias de São Cristóvão de Mondim de Basto e de Atei é que as limpezas não estão a ser feitas. Fica contente que em todas as outras esse trabalho esteja a ser realizado e que era um motivo de alegria saber que, efetivamente, não está tudo mal. Relativamente a estas duas freguesias, reconheceu que efetivamente teve atraso. A verdade é que, contrariamente àquilo que o senhor deputado referiu, os 15 assistentes operacionais que integraram o município não foram todos para a limpeza de valetas: tivemos carpinteiros, pedreiros, serralheiros, pessoas auxiliares também das escolas. Portanto, dentro destes 15 colaboradores não houve um reforço da equipa de sapadores ou da equipa afeta às limpezas desta grandeza. Portanto, convém também aqui sermos um pouco esclarecedores naquilo que é, no fundo, o reforço dos colaboradores do município, que foram em áreas transversais, desde a educação, até à carpintaria, até também a própria capacidade logística e a resposta logística do município. Depois, deu nota também que o senhor Presidente da Junta de Freguesia até referiu que efetivamente as pessoas estão no terreno, e estão, portanto, podem constatar que estão a trabalhar, não com a velocidade que certamente gostaríamos. No ano passado a Junta de Freguesia assumiu a limpeza das valetas e certamente que também ouviu, mesmo sendo a Junta da Freguesia a assumir a limpeza, as queixas dos habitantes. É normal que as pessoas sejam exigentes e temos que respeitar também, porque é um direito delas ver limpo, pelo que saberá perfeitamente o que é termos um desafio de fazer a limpeza e, efetivamente, não conseguimos fazer no prazo que certamente as pessoas gostariam. Relativamente à preocupação do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atei relativamente à creche, admitiu que era uma preocupação também do município. De facto tem-se incentivado a natalidade, também com apoios, tem-se verificado um aumento de nascimentos no concelho, o que nos dá também aqui bastante alegria, mas depois temos de nos deparar também com essa necessidade de alargamento de vagas para creche. Esta é uma preocupação que temos tido, temos recebido também já alguns pais que nos têm manifestado essa preocupação, temos de estar a tentar aqui encontrar alguma solução porque de facto é algo que é importante, em coerência também com o apoio e com o incentivo à natalidade que tem acontecido. Relativamente ao Orçamento participativo, esclareceu que era utilizada até à data uma aplicação que tinha os custos de ativação bastante elevados pelo que se está a tentar encontrar uma solução que não implique tantos custos e, efetivamente, não se está a conseguir. Provavelmente será necessário utilizar a mesma que se tem utilizado até à data e,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

portanto, brevemente, iremos proceder à divulgação do orçamento. Aproveitou também para dar nota que ainda estavam a aguardar a colaboração da Junta de Freguesia para concluir o orçamento participativo do último ano que será instalado na freguesia de Atei. Relativamente a intervenção da senhora deputada Ana Patrícia relativamente aos documentos, referiu que foram entregues já alguns documentos, nomeadamente os autos de medição e a conta final da empreitada, a construção da rotunda da Avenida da Igreja de Mondim de Basto, reconhecendo que efetivamente dois dos documentos referidos não foram entregues. Relativamente ao processo de negociação, afirmou que aquilo é o processo que efetivamente existe no município, portanto aquilo que foi entregue foi o processo que foi adotado e que tem sido adotado também nos últimos anos. Portanto não houve aqui omissão de informação. Relativamente à linha muito alta de tensão, e porque é um assunto bastante sensível que carece aqui de uma explicação um pouco técnica e jurídica, esclareceu que iria fazer uma cronologia do processo, que está bem discriminado nas Informações do Executivo, onde vêm discriminadas todas as ações do processo. Sem prejuízo do referido, como bem sabem os senhores deputados, esclareceu que, assim que foi emitida a licença pela Direção-Geral de Energia e Geologia para a construção da linha de muito alta tensão, o Executivo Municipal, ainda presidido pelo Partido Socialista, deduziu no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela uma providência cautelar com o objetivo de suspender a licença. Essa providência esteve pendente no Tribunal, sem que tenha sido proferida qualquer decisão relativamente à emissão da licença até à realização de atos de execução da linha licenciada. Já neste mandato, perante a constatação dos atos de execução, vulga obra no terreno, no âmbito da referida providência foi proposto um incidente de suspensão imediata da execução do ato administrativo, concretamente a licença. No âmbito deste incidente foi conseguida a suspensão provisória da execução da linha de muito alta tensão. Podemos inclusive referir que a REN reagiu a esta suspensão, tendo apresentado uma caução em tribunal, na ordem dos 10 milhões de euros, para poder evitar essa suspensão. Não obstante, face à oposição do município de Mondim de Basto a tal intenção, o Tribunal não validou o levantamento da suspensão requerida pela REN, tendo todas as obras sido suspensas no concelho. Na apreciação do objeto da providência cautelar o Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, com argumento diferente daqueles que tinham sido alegados no requerimento inicial da providência cautelar, entendeu determinar a revogação da licença de construção da linha de muita alta tensão, com fundamento da linha emitida num período de suspensão do PDM de Mondim de Basto não ter tido em consideração a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

*to
me*

avaliação do impacto ambiental e a declaração de conformidade do projeto de execução com a avaliação do impacto ambiental que foram emitidos previamente à suspensão do PDM. Apesar de os argumentos que sustentaram a sentença preferida pelo Tribunal Administrativo serem diferentes dos alegados, e apesar de o Tribunal antecipar a decisão final do processo, não foi obstante estarmos no âmbito de um processo calcular onde o objetivo principal do processo foi atingido com a referida decisão. Claro está que a REN e o Ministério do Ambiente não aceitaram tal argumentação e recorreram da sentença para o Tribunal Central Administrativo do Norte. Após a pronúncia de todas as partes e de outros municípios interessados e que acompanharam o processo, o Tribunal Central Administrativo do Norte decidiu pela providência do recurso apresentado pela REN e o Ministério e recuperou a validade da licença, alegando que o argumento utilizado pelo Tribunal de Mirandela não determinava a revogação da licença por nulidade da mesma. Ou seja, o Tribunal de Recurso validou a licença e revogou a decisão do Tribunal de Mirandela. Foi mais longe, inclusive na análise às condicionantes da avaliação ambiental, nomeadamente à necessidade da declaração de interesse municipal, determinando que na revisão do PDM de 2015 o município já deveria ter incluído no ordenamento a intenção de construção da linha de muita alta tensão, fruto de a mesma estar projetada no Programa Nacional de Barragens. Sem prejuízo da situação atual, ou seja, a validade da licença, o Tribunal não afastou a necessidade da declaração municipal, apesar de não condicionar a validade da licença a essa declaração, alegando que o interesse público nacional era de prevalecer. O recurso, segundo o entendimento do departamento jurídico, não era viável. Aliás, nenhum dos municípios interessados, que também tinham legitimidade de recurso, não o fizeram. Não obstante, estamos a estudar se existe possibilidade de mitigar os efeitos da licença e assegurar da melhor forma e meios possíveis os interesses municipais. Aproveitou para, uma vez, mais sinalizar as dificuldades acrescidas que existem na narrativa que seguem com a REN porque a verdade é que eles alegam e documentam que apenas o município de Mondim ainda não negociou os terrenos de localização dos postos e de passagem da linha e respetivas indenizações, o que fragilizou o nosso argumento de defesa da população como um todo uma vez que há vários conselhos diretivos e juntas de freguesias que já anuíram à construção da linha e já concluíram todas as negociações com o REN, tendo, inclusive, recebido valores financeiros contratualizados. O que mais pode afirmar é que os terrenos propriedade do município não foram objeto de qualquer proposta de negociação. O município viu-se sozinho nesta guerra, o que não é um problema, mas também é certo que fica numa posição frágil. Apesar de todo este quadro de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Handwritten signature in blue ink

dificuldade, pode assegurar que esta postura perante a REN assegurou melhores negociações para os baldios, para as juntas de freguesias e para os proprietários dos terrenos. As contrapartidas em cima da mesa, perante isto, certamente que triplicaram. Dentro de uma atuação legal, terminou dizendo que não deixará, sob qualquer pretexto de defesa, o interesse público de Mondim de Basto, mesmo quando seja ele contra o interesse público nacional. --

A deputada municipal **Ana Patrícia Tapado Alves** usou da palavra para dizer que o senhor Presidente da Câmara falou da lei e que esta diz, e voltou a citar que «o acordo tem de ser objeto de fundamentação escrita pelo empregador público». Entende que a fundamentação escrita é um esclarecimento. O que o grupo partidário do Partido Socialista, e acha que todos os Mondinenses, gostaria de perceber é se há um motivo especial para contratar uma pessoa, no caso uma familiar direta do senhor Presidente, e colocá-la a ganhar mais do que quem já trabalha no mesmo serviço há muitos anos. Era só essa a sua questão.-

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que o senhor Presidente não tinha respondido à sua questão relativamente à contratação das duas empresas. Relativamente às limpezas, referiu que os meios de que o senhor Presidente dispõe hoje em dia, apesar de tudo, são muito superiores aos do anterior executivo, já para não falar que o anterior executivo tinha muitas mais freguesias para limpar e, nesta altura, já tinham passado lá se calhar duas vezes e este ano ainda não limparam uma única vez. E isto não é normal. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para reafirmar que a informação que foi entregue sobre o procedimento foi aquela que os serviços forneceram. Aproveitou para corrigir de que não foi só um caso, foram dois casos para o mesmo cargo com contratualização nesses termos. Relativamente à intervenção do senhor deputado Carlos Macedo, deu nota de que já foram realizadas todas as faixas de gestão de combustível que em anos anteriores eram contratualizados ou com juntas de freguesias ou com empresas privadas e que este ano foram assumidos integralmente pelo município. Portanto estes meios que referiu permitiram também realizar esses trabalhos e poupar dinheiro porque não houve necessidade de recorrer a empresas privadas. Relativamente às obras de fiscalização, referiu que muito recentemente havia só um engenheiro civil na autarquia, tendo havido um processo de mobilidade e uma licença de maternidade e, por isso, tendo em conta a complexidade das obras, houve a necessidade de contratação de uma empresa que pudesse assegurar que a obra, que será financiada, pudesse ser executada pelo que essa fiscalização dá-nos também essa garantia. -----



B
MC

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para colocar mais uma questão relativamente à linha de muito alta tensão. Referiu que gostaria de saber se o município ou o executivo está disponível para todo tipo de combate para evitar que aquela linha passe no nosso concelho. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que houve já negociação por parte das juntas de freguesias e conselhos diretivos, negociação e recebimentos relativamente à ocupação dos solos, e que até à data não há da parte do município qualquer posição sobre aceitar ou não que a linha irá passar. Aquilo que verificamos foi que efetivamente em termos processuais, neste momento, o Tribunal deu razão à REN, mas ainda iremos avaliar se, entretanto, poderemos ou não agir. Portanto, foi muito recente também essa decisão. -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que considera que, por sermos um destino de turismo de natureza, devemos fazer tudo o que for possível para evitar que a linha passe aqui. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, usou da palavra para dar uma nota. Referiu que a senhora deputada Ana Patrícia tinha dito que ainda persistem documentos que não foram entregues, o que foi confirmado pelo senhor Presidente da Câmara. Entende que a forma de resolver isto da forma mais rápida e mais eficaz é identificar quais são os documentos que não foram entregues. Como não foram entregues, referiu que solicitava aos serviços de apoio à Assembleia Municipal, porque a Assembleia não tem jurista, que diligencie e desencadeie os procedimentos legais com vista à normalização e à reposição da legalidade. Entende que já houve aqui uma tolerância de um tempo mais que razoável pelo que solicitou que fosse desencadeado, pensa que através da comunicação ao Ministério Público, ou à entidade, o que for. Aqui apenas tem que cumprir a lei e cumprir a lei é: os documentos ou são entregues ou, se não forem entregues, será feita essa comunicação. Relativamente ainda sobre a homenagem ao ex-Presidente Fernando Pinto, referiu que não estava em condições de saber se a lei obriga ou não que o assunto seja discutido aqui, mas estranha que haja uma comissão de toponímia que pelos vistos não serve para nada. Ou seja, se é constituída uma comissão de toponímia no âmbito da Assembleia e se mudamos o nome de um parque com a dimensão da Zona Verde, e se a comissão de toponímia não se pronuncia, então não sabe porque é que sinceramente o legislador criou uma comissão de toponímia visto que na primeira questão em que a comissão se deveria pronunciar ela simplesmente é esquecida Para terminar e como comentário final, referiu que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Handwritten signature

as comissões de pessoas, sejam elas mais ou menos prestigiadas, mais ou menos notáveis, com todo o respeito que tem para essas pessoas, que se propõem a homenagear determinadas figuras nunca se devem sobrepor àquilo que são os procedimentos legais em democracia. Os procedimentos legais são os órgãos autárquicos: Câmara e Assembleia. É na Câmara e na Assembleia que estão os representantes do povo e não podemos nunca assumir que, independentemente do número de assinaturas que possa ter, nesse documento está expressa a vontade do povo. A vontade do povo está expressa sempre em eleições e na eleição de representantes, na Câmara e na Assembleia. E é durante esse mandato e o vigor desse mandato que os representantes do povo, que somos nós aqui dentro e que são os representantes na Câmara, temos que nos pronunciar e, portanto, não podemos alterar isto que é um procedimento legal que tem que ser respeitado. E não foi respeitado. Estão aqui 21 representantes do povo e acha que se deveriam ter pronunciado sobre uma decisão de alterar um parque com o nome onde estariam todos de acordo, o que daria mais força à homenagem. -----

2- Ordem do dia: -----

2.1- Aprovação da ata da reunião de 25 de abril de 2024 -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da ata da reunião de 25 de abril de 2024 que foi aprovada por unanimidade dos presentes (não votaram os membros que não estiveram na sessão). -----

2.2- Aprovação da ata da reunião de 26 de abril de 2024 -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da ata da reunião de 26 de abril de 2024 que foi aprovada por unanimidade dos presentes (não votaram os membros que não estiveram na sessão). -----

2.3- Aprovação da 3ª Revisão ao Orçamento de 2024 -----

O deputado municipal Carlos Filipe Meireles Macedo usou da palavra para dizer que relativamente a este assunto não conseguem perceber porque é que uma obra que é financiada a 100%, no valor de 1 milhão e 100 mil euros, ainda tem que ir retirar verbas ao Plano Plurianual para 2025, 2026 e 2027 no valor de 500 mil euros. Será que já estão a prever que vai haver derrapagem? -----

O deputado municipal Vítor Fernando de Sousa Costa, usou da palavra para dizer que tiveram conhecimento da aprovação da candidatura que visa a requalificação das atuais instalações do Centro de Saúde de Mondim de Basto. Mais uma vez se trata do acreditar por parte deste executivo de que com trabalho, persistência e resiliência é possível concretizar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

X
me

projetos e encontrar soluções para os problemas. Todos nós nos recordamos da proposta inicial apresentada ao Município de Mondim de Basto, no valor aproximado de 250.000 euros, que previa fazer face a reparações pontuais no edifício. A preocupação que este Executivo Municipal sempre demonstrou em relação ao estado de degradação geral do edifício do Centro de Saúde levou à defesa intransigente de uma nova proposta, que culminou com a aprovação desta candidatura para a sua requalificação total, no valor aproximado de 1 milhão e 100 mil euros. Esta requalificação vem desde logo, melhorar consideravelmente as condições de trabalho de todos os seus colaboradores, vem também, melhorar as condições de atendimento a todos os mondinenses que tenham necessidade de recorrer aos cuidados médicos aí prestados. Por fim, e não menos importante, vem dotar o Centro de Saúde de Mondim de Basto para novas valências, nomeadamente a instalação de uma sala destinada a Raio X e outra sala destinada a reabilitação. A aprovação desta candidatura irá resultar, a breve prazo, na concretização de mais uma obra de extraordinária importância para todos nós. O Executivo Municipal está, mais uma vez, de parabéns! Esta é a prova provada de que os mondinenses podem efetivamente acreditar na competência do seu trabalho, no seu empenho e na sua total dedicação para resolver os seus problemas. ----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que, a propósito da intervenção do deputado Vítor Costa, gostaria de saber com é que teve conhecimento do valor da proposta inicial de negociação de 250 mil euros. -----

O deputado municipal **Vítor Fernando de Sousa Costa** usou da palavra para esclarecer que teve conhecimento desse valor por comentários aqui já feitos anteriormente pelo senhor Presidente de Câmara publicamente. Pedindo para fazer um à parte em relação às limpezas de valetas, dirigiu-se ao senhor deputado Carlos Macedo dizendo que era um privilegiado então no tempo do Partido Socialista porque no tempo do Partido Socialista o próprio morava em Mondim, numa rua que por acaso muitas vezes estava cheia de ervas, e até esta altura do campeonato muitas das vezes também não tinha lá passado ninguém. Nesse caso, o deputado Carlos Macedo era um privilegiado por pertencer ao partido socialista e ser próximo. -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que não queria estar com esta troca de palavras, mas efetivamente os privilegiados eram todos os Mondinenses na altura do Partido Socialista. -----

O deputado municipal **Vítor Fernando de Sousa Costa** usou da palavra para esclarecer que não chamou aqui o assunto e que também vive cá. Se os privilegiados eram todos, então



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Handwritten signature in blue ink, possibly 'C. Me'.

fazia parte dos excluídos e certamente que haverá muitos mais. Acrescentou que não tinha problema nenhum em reconhecer que há problemas nas limpezas, tem problemas, exatamente os mesmos que tinha antes, reclama agora da mesma forma que reclamava antes, que era não reclamava, tendo a noção que não se consegue estar em todo lado ao mesmo tempo. O problema já existia e padecia dele, como muitos padeciam. As bermas são um problema, e são um problema para todos, e não vamos agora aqui dizer que todos conseguem ao mesmo tempo ter as valetas limpas. Não se consegue. Em Vilar de Ferreiros foi feita a limpeza de Campos à Caínha há três semanas e se passarem lá agora as ervas têm um metro. Foi feita há três semanas. Ou seja, ou seja, aquelas pessoas que lá moram podem voltar a reclamar das limpezas porque ela já está a um metro. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, usou da palavra para dizer que a intervenção do senhor deputado Carlos Macedo lhe suscitou aqui uma dúvida que queria partilhar com a Assembleia. Esta informação que o senhor deputado Vítor Costa usou, dando como adquirido que falou a verdade e, portanto, não tem razão para não acreditar, dos 250 mil euros que é uma informação que foi partilhada aqui na Assembleia. Porque se essa informação foi obtida sem ser pela Assembleia, naturalmente que há aqui um conflito de interesses entre alguém que representa a Assembleia, mas que fiscaliza um órgão do qual faz parte. Não dúvida da sua palavra, também não irá confirmar esta questão, mas é particularmente sensível a esta questão do conflito e impedimento em que, trabalhando no gabinete do senhor Presidente, fazendo parte da Assembleia, portanto é bom que essa questão seja devidamente separada. -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que ficam todos satisfeitos com este 1 milhão e 100 mil euros, e ainda bem, mas não esquecer que se trata de uma verba do PRR que foi aprovada no governo do PS e que estava no âmbito da delegação de competências na área da saúde. Ainda bem que conseguimos negociar, e conseguimos negociar um bom valor, tal como 140 outros projetos do norte do país. Ficam todos satisfeitos com isso. De lembrar também que o Centro de Saúde não estava propriamente a cair abaixo, como o deputado Vítor Costa estava quase a querer dizer, porque em 2016 houve um investimento de parte do Partido Socialista na altura de 300 mil euros, portanto as condições não estavam assim tão más quanto isso. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra só para dar aqui algumas notas e esclarecimentos. Relativamente à necessidade de alteração, esta alteração é, em grande certeza, devido à aprovação da candidatura para a reabilitação do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

to
me

centro de saúde e daí a necessidade. Isto é uma questão mesmo contabilística e administrativa porque agora tivemos a confirmação de que a candidatura foi aprovada. A candidatura foi realizada ainda no Governo anterior, mas foi aprovada agora no atual Governo, numa tentativa de execução do PRR que se exige, e foi uma forma também, e aliás a aprovação foi anunciada juntamente com outros municípios que estão em mesmas circunstâncias, numa tentativa de podermos executar este financiamento o mais rapidamente possível e cumprindo os prazos. Portanto, daquilo que era uma proposta inicial para a reabilitação do edifício, que era uma reabilitação parcial e, portanto, muito na lógica de complementar aquilo que tinha sido a última reabilitação entendeu-se que seria necessária uma reabilitação integral do edifício porque senão depois perderíamos a oportunidade de poder realizá-la nestas condições. E então, num processo transparente e saudável de negociação com o Ministro da Saúde do Governo anterior conseguimos chegar ao entendimento de que de facto era uma obra necessária e importante. Importante não só porque permitirá que todo o edifício fique reabilitado, criando melhores condições de trabalho para os colaboradores, mas também criando melhores condições para os utentes e também com a possibilidade, já no âmbito desta empreitada, de criarmos condições para dois serviços que entendemos que são importantes, nomeadamente o raio-x, para que ele possa ser realizado no nosso concelho, e também a reabilitação. Portanto, procurando já não só reabilitar para podermos dizer que temos um edifício novo, mas procurar torná-lo também mais funcional para os colaboradores e para os utentes e com a possibilidade da criação de outros serviços. Crê que de facto é motivo de orgulho para todos os Mondinenses poder ter um serviço tão importante em melhores condições e é nisso que estão focados agora para poderem avançar com a concretização. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Proposta Aprovação da 3ª Revisão ao Orçamento de 2024 que foi aprovada por maioria, com dez votos a favor e onze abstenções. -----

2.4- Prestação de Contas Consolidadas referentes ao ano de 2023 -----

O deputado municipal Fernando Avelino Oliveira Silva usou da palavra para dizer que sobre este ponto queria deixar aqui algumas notas. E a primeira foi, sem dúvida, a sua enorme dificuldade em ler o documento. Da leitura que fez, entende que merece um entendimento dado que o município tem uma participação de 75% no capital social da Cooperativa. No entanto, e olhando para o documento, não pode deixar de refletir e de deixar à consideração dos presentes que o Auditor e Revisor Externo emitiu uma opinião com reservas sobre os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Handwritten signature in blue ink

saldos com subsídios ao investimento, como se pode aferir nas alíneas a) e b) da página 3 do referido documento. Acresce ainda não entender por que razão neste documento aparecem rúbricas relativas à habitação, ordenamento de território, serviços culturais e religiosos, agricultura e pecuária e outros, quando o âmbito da Cooperativa tem como objeto social a satisfação das necessidades sociais da população, das freguesias do concelho, a sua promoção e integração social, como se observa na página 12. Ainda no documento é registado na página 13 que a Cooperativa não implementa contabilidade de gestão. Face a isto e perante o facto de toda a informação apresentada recorrer a um enquadramento teórico que não qualifica de uma forma concreta os gastos e transferências do município para a referida Cooperativa, apenas se deduz que a sobrevivência da Cooperativa depende do suporte financeiro da Câmara Municipal. Urge saber se a autarquia estabelece mecanismos de controlo ao nível da gestão, o que não é claro, a seu ver. Continuando, e sendo certo que, como é referido no documento, a mesma vem acumulando prejuízos, questionou como é que o município controla as despesas e custos da Cooperativa? E sobre isto há um conjunto de questões que gostaria de deixar em aberto: qual é o valor que a Câmara transfere para a Escola de Música? Qual é o valor que a autarquia transfere anualmente para as AECs? Quem paga aos professores da escola de música? Quanto é transferido para a escola da Lixa? Quanto é que a Câmara gasta na componente de apoio à família? Para além das transferências da autarquia, a Cooperativa recebe outros apoios ou subsídios? -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que tendo em conta as necessidades das questões que foram colocadas, começava já pela última, portanto, o financiamento da Cooperativa integral do município. Referia que não conseguia precisar exatamente a verba que é transferida do município para a Cooperativa, mas que ela é pública, é apresentada em reunião de Câmara, em proposta todos os anos e, portanto, é totalmente pública. Deu nota que estas contas consolidadas, à imagem daquilo que já é feito em anos anteriores, é acrescentar aquilo que são as contas da Cooperativa com a entidade do município. Estas questões mais específicas, confessou que não tinha neste momento condição e informação para poder responder. -----

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Proposta Prestação de Contas Consolidadas referentes ao ano de 2023 que foi aprovada por maioria com treze votos a favor e nove abstenções.** -----

A deputada municipal **Ana Patrícia Tapado Alves** usou da palavra para fazer a declaração de voto do Partido Socialista no sentido da abstenção dizendo que o que há de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Handwritten signature

mais importante neste ponto é o resultado líquido negativo. É algo que não acontecia há muitos anos e aquilo que se vê é que a dívida continua a aumentar. Daí o voto de abstenção.

2.5- Aprovação da 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2024 -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que esta alteração contempla mais 11 lugares de técnicos superiores. A questão é se ainda cabem todos dentro da Câmara. Isto começa a chegar a um ponto que se calhar vai ser necessário ampliar o edifício. Entende que isto é brincar com o dinheiro dos Mondinenses. Em menos de três anos, passamos de 169 para 265 colaboradores, colaboradores não, lugares de quadro, pondo em causa a estabilidade financeira que foi deixada pelo anterior executivo. Isto é preocupante. -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Oliveira Silva** usou da palavra para dizer que relativamente a este assunto, se tem verificado uma alteração constante, praticamente de seis em seis meses, no quadro de pessoal. Ainda que refiram e digam que o referido quadro é dinâmico, ao mesmo tempo não podem deixar de considerar que cria uma enorme instabilidade na definição da sua organização, como é bom de ver em tão sucessivas mudanças. Nada é estável com tanta mudança. Tal acontece, com uma frequência inusitada, o que por si só demonstra uma falta de planeamento, uma vez que suprem as necessidades, ao sabor das circunstâncias e de uma duvidosa necessidade, quando existem, a seu ver, unidades orgânicas cuja necessidade de afetação de novos técnicos é sobejamente conhecida, como é o caso do urbanismo, cujo papel é preponderante, por exemplo no desenvolvimento económico do concelho, tendo merecido já vários reparos. A demora excessiva na aprovação de licenciamentos de obras particulares faz com que o setor da construção civil esteja deficitário. Sobre esta alteração ao mapa de pessoal impõe-se questionar qual o fundamento que levou a concluírem que estes 11 técnicos superiores são fundamentais para a gestão da atividade do município. Olhando para os concelhos similares ao nosso, e procurou fazê-lo, nenhum deles integra um quadro técnico tão extenso em áreas que lhe parecem não serem estruturais para o desenvolvimento do concelho. Por outro lado, parece-lhe manifestamente exagerado a enorme quantidade de novos lugares a criar, como sucedeu com a última revisão do quadro de pessoal, em que foram criados vários lugares de coordenadores, sendo que apenas um foi ocupado. E para concluir, numa fase em que é preciso otimizar os recursos humanos, reduzir despesas e manter as contas equilibradas, torna-se claro um agravamento substancial com as despesas do pessoal. No fundo, no fundo, tudo se resume à velha máxima: quem paga? -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Handwritten signature/initials in blue ink.

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que ouviu os senhores deputados com bastante atenção, mas confessou que ficou com a ideia de que não leram a proposta porque, se tivessem lido a proposta, certamente que não faziam essa intervenção. E, sim, é brincar com os Mondinenses que nos estão a ouvir aqui, nestas instalações, e quem nos está a ouvir lá em casa. Se não, fazemos então um esclarecimento para percebermos o que é que estamos efetivamente a votar. Esta alteração ao mapa de pessoal é proveniente essencialmente pela aprovação de três candidaturas no âmbito do Portugal 2030 em que no âmbito dessas candidaturas é obrigação para a realização dessas candidaturas que no mapa de pessoal do município estejam inscritos os lugares para que possam ser efetivamente realizadas as candidaturas. Ou seja, todos estes lugares são candidaturas, serão financiados e é exigência da candidatura termos que assegurar estes lugares no mapa de pessoal e, portanto, daí este número de pessoas, porque, efetivamente, é o que é necessário para podermos candidatar-nos e para podermos, no fundo, tirar partido destas três candidaturas que estão vertidas, inclusive, na proposta, por isso ter dito que poderia ter havido aqui alguma falha de atenção, que passou a designar: a candidatura é Contratos Locais de Desenvolvimento Social, designado CLDS 5G; Mondim mais saber, no âmbito do Programa Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar; e a outra é Mondim mais inclusão, no âmbito dos planos de ação intermunicipais para a inclusão ativa de grupos vulneráveis. Depois deu nota também que no âmbito desta alteração efetivamente há duas pessoas que se aposentam e há também uma vaga que cai de uma candidatura que tinham realizado anteriormente, mas que vão conseguir internamente assegurar o cumprimento dessa candidatura. Portanto, há aqui uma redução de despesa, criando e aproveitando os nossos recursos humanos para concretizar as candidaturas. Portanto, esta é a única alteração e a justificação do porquê da criação destes lugares e da alteração do mapa de pessoal. -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que as candidaturas, apesar de obrigarem a criar os lugares, não obrigam a contratar. Para além do mais, as candidaturas também permitem usar os recursos da Câmara, por isso poder-se-ia ter optado por essa solução. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que tinha acabado de dizer que tiveram, até nesta alteração, a redução de um lugar porque se está a utilizar os recursos humanos e, no âmbito destas candidaturas, também irão utilizar, dentro dos possíveis, os recursos do município. Efetivamente, não conseguem, no



Handwritten signature and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

fundo, ter o alcance de todas as especialidades que estão aqui vertidas, mas, sim, haverá também essa preocupação e irão fazê-lo dentro dos possíveis. -----

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Proposta Aprovação da 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2024 que foi aprovada por maioria com nove votos a favor e doze abstenções.** -----

2.6- Aprovação do Contrato de Delegação de Competências para a construção de um Parque de Lazer, no âmbito do Programa Acesso para Todos, entre o Município de Mondim de Basto e a União de Freguesias de Campanhó e Paradança -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Oliveira Silva** usou da palavra para dizer que sobre este assunto tinha apenas uma questão que depois poderia de alguma forma desencadear uma nova intervenção. A sua questão era sobre este parque de lazer, no âmbito do Programa de Acesso para Todos, pelo que gostaria de saber onde é que se localiza em concreto este novo parque que pretendem construir no âmbito do programa. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que a localização estava no anexo da proposta que foi enviada, presumindo que todos tenham recebido essa localização. -----

O Presidente da Junta da União de Freguesias de Campanhó e Paradança, **Joaquim Augusto Silva Pereira**, usou da palavra para dizer que este parque de lazer fica situado na rua da Floresta, próximo da Casa Florestal de Paradança. -----

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Proposta Aprovação do Contrato de Delegação de Competências para a construção de um Parque de Lazer, no âmbito do Programa Acesso para Todos, entre o Município de Mondim de Basto e a União de Freguesias de Campanhó e Paradança que foi aprovada por unanimidade.** -----

2.7- Aprovação de deliberação de execução de operação urbanística denominada de “Requalificação da Envolvente e Construção da Casa Mortuária de Vilar de Ferreiros” – Fase 1 - nos termos de protocolo a celebrar entre o Município de Mondim de Basto e a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Vilar de Ferreiros -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Oliveira Silva** usou da palavra para dizer que sobre este assunto não podia deixar de se pronunciar sobre o assunto e o que destaca nesta informação é o facto do custo apresentado para o projeto ter um valor de aproximadamente meio milhão de euros. Colocou à consideração a questão no sentido de saber o que é que o projeto tem de relevante que justifique este valor. Olhando para a realidade, importa referir



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

to
me

o facto de tal valor contemplar também a fase 1, o que pressupõe que ainda vai haver mais fases para as quais não se sabe ainda o valor a considerar. Sem desprimores para a importância desta obra e para a sua necessidade e para a dignidade que merece, que não coloca em causa, não pode deixar de sublinhar o seu valor, que lhe parece uma despesa demasiado exagerada e nada condizente com o rigor que os investimentos de dinheiros públicos aconselham. E aproveitou estas considerações para tomar como exemplo outras casas mortuárias que foram recentemente executadas ou adjudicadas, recordando que para a freguesia de Mondim de Basto foi construída uma casa mortuária que custou aproximadamente 150 mil euros; para Paradação foi adjudicada uma casa mortuária na ordem dos 155 mil euros. Perante os dados, o valor previsto é o triplo do valor que custaram as casas mortuárias de Mondim e de Paradação. Não pode deixar de concluir e destacar o valor do investimento e o que o justifica face a outras situações paralelas, onde foi possível executar investimentos que custaram menos do triplo do valor em causa, o que deve merecer, face ao custo, uma justificação cabal e aprofundada que gostaria que lhe fosse esclarecida. --

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que, apesar de trabalharem juntos, jurou que não se reuniram para dizer as mesmas coisas. Esclareceu que a necessidade deste equipamento nas nossas freguesias nunca estará em causa, até porque irão votar favoravelmente. Contudo questionam porque é que a casa mortuária de Mondim teve um custo de 140 mil euros, a de Paradação 150 mil, esta terá um custo de 500 mil euros, a do Bilhó 350 mil euros e a de Ermelo 380 mil euros. A estes valores ainda temos que acrescentar o IVA e os projetos que já foram suportados também para a autarquia. Seria mesmo necessário gastar um milhão e meio de euros em três casas mortuárias? Ou, por outro lado, fazer obras de menor dimensão que iriam servir de igual forma à população e alocar verbas a outras obras mais urgentes, nomeadamente às vias, à água, ao saneamento ou, inclusive, ao lar de Vilarinho, que tem uma verba de 50 mil euros por ano durante um período de 10 anos? Se calhar era mais importante tratar os idosos em vida e ter menos luxo nas casas mortuárias, mas é a sua posição. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que comparar investimentos é sempre um risco político porque todos os investimentos são importantes e por isso é que também fizeram um investimento grande na obra da Associação de Vilarinho, para a construção do lar: meio milhão de euros. Não se consegue efetivamente atribuir o mesmo valor a todas as associações, mas estão, no fundo, a disponibilizar, dentro das possibilidades, o valor necessário para a concretização de obras.



me

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

A questão da requalificação das envolventes às casas mortuárias é uma política assumida pelo Executivo e por isso também, certamente, que os Mondinenses e as pessoas que irão depois ter a oportunidade de visualizar estas qualificações, poderão também reconhecer quem é que foram os autores destas obras. Assumem aqui que é uma decisão política e assim também com esta frontalidade. A diferença dos valores que aqui foi referida será fácil de justificar até pela própria nomenclatura da proposta - a requalificação da envolvente e a construção da casa mortuária de Vilar de Ferreiros. Portanto, o que está aqui em causa não é só a construção de uma casa mortuária, é efetivamente de todo um espaço envolvente, de uma reabilitação de um espaço envolvente que, obviamente, não pode ser comparado com uma simples construção de uma casa mortuária. Portanto, o custo que está aqui refletido é, no fundo, todo o conjunto de intervenções que estão previstas ser realizadas, não só na construção da casa, mas também em todo o espaço envolvente. De facto, esta parte da proposta que apresentamos na última Assembleia e daquela proposta que iremos apresentar a seguir são uma oportunidade de, integrando casas mortuárias, podermos aqui reabilitar todo o espaço envolvente e daí também não podermos comparar custos porque efetivamente são obras diferentes. Neste caso, este valor e esta fase 1 que foi aqui referida implica aqui uma intervenção bastante grande do espaço envolvente e a criação de bastantes lugares de estacionamento no espaço envolvente, a criação das próprias casas de banho. Procurou-se em todos estes projetos promover a acessibilidade para pessoas com qualquer dificuldade de mobilidade e, portanto, daí a justificação e a referência destes valores que não são comparados, porque se está a falar de intervenções também elas diferentes. -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Oliveira Silva** usou da palavra para dizer que ouviu os esclarecimentos sobre este assunto, sendo claro que nada se pode comparar a outras situações, mas queria dizer que as comparações que foram feitas servem de referência. Todos nós fizemos casas e sabemos quanto é que custou um metro quadrado e temos agora a noção do real preço e uma casa mortuária nunca terá 100 metros quadrados. Face aos esclarecimentos dados ficou mais confuso. Os valores em causa são valores que nos devem deixar a refletir. Não podemos deixar que os projetistas façam o que muito bem entendam e tem que haver o mínimo de bom-senso, no sentido de olharmos para as verbas, que são verbas pagas pelos munícipes, pelos impostos dos munícipes, e que merecem aqui uma reflexão. Este valor é exageradíssimo. Não lhe passa pela cabeça olhar para este valor e ficar indiferente e acha que a justificação política não serve. Teria que haver aqui algum argumento que fosse um argumento que justificasse de alguma forma este valor e não o encontra. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Handwritten signature in blue ink

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para voltar a referir que o que está em causa não é só a concessão do edifício da Casa Mortuária, todo o espaço envolvente, é também uma oportunidade para se reabilitar todas estas zonas envolventes às nossas igrejas e, portanto, sim, é um valor considerável, não podemos dizer que não o seja. Voltou a referir que era uma opção política deste Executivo concretizar estas obras. -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Oliveira Silva** usou da palavra para dizer que muitas vezes o que se pede é objetividade na apresentação dos projetos. Fazer um embrulho todo dentro deste valor leva a duvidar, de alguma forma, de um projeto deste tipo. O que seria normal no Executivo, em prol da transparência, era dizer que a casa Mortuária tem este valor, toda a zona envolvente que vai ser recuperada tem este valor, e associado a isto será feito um conjunto de obras que terá este valor. Isso é que seria natural. E o que falta de alguma forma é esta clarividência, esta objetividade e esta transparência. Lamenta dizê-lo, mais uma vez, mas andamos sempre a fazer pacotes e depois o valor servirá de alguma forma para justificar tudo e qualquer tipo de intervenção. -----

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Proposta Aprovação de deliberação de execução de operação urbanística denominada de “Requalificação da Envolvente e Construção da Casa Mortuária de Vilar de Ferreiros” – Fase 1 - nos termos de protocolo a celebrar entre o Município de Mondim de Basto e a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Vilar de Ferreiros que foi aprovada por maioria com dezassete votos a favor e quatro abstenções.** -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, usou da palavra para fazer a sua declaração de voto no sentido da abstenção não por estar em causa a obra para a freguesia de Vilar de Ferreiros, mas sim por estar em causa o custo e a prioridade. Referiu que o senhor Presidente da Câmara disse, e tem toda a legitimidade de o fazer, que era uma opção política, mas parece-lhe que há aqui duas questões, e foi por essas duas questões que não votou a favor. Primeiro, o custo da obra parece-lhe excessivo. Sabe bem que não é popular dizer isto e que as pessoas podem dizer em Vilar Ferreiros que um deputado, neste caso o Presidente da Assembleia, disse que a freguesia não deveria ter aquele investimento. Mas acha que os investimentos têm que ser feitos com critério. E há aqui um efeito comparativo, que foi aqui referido pelo senhor deputado Fernando Silva e pelo senhor deputado Carlos Macedo, que há aqui duas estruturas, uma que foi feita e outra que vai ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Handwritten signature

construída, e que tem aqui um efeito que se pode comparar. Quer dizer, nós não precisávamos atravessar o rio Passolito para comparar, não. Aqui mesmo fizeram-se duas casas mortuárias, uma delas está para uso, está muito bem feita, bem enquadrada, custou três vezes menos, e, portanto, ninguém pode ser insensível a isso. E há uma outra questão que já referiu na última Assembleia, e à qual é muito sensível, é que este património não vai ficar para o serviço público. Este património vai ficar para uma entidade que é a Diocese, respeitável, mas não vai ficar nem vai aumentar o património. O que vai acontecer é que o dinheiro vai sair da Câmara para aumentar o património de uma outra entidade. Isso levanta-lhe desde logo uma profunda discórdia. A Câmara vê sair milhares de euros, superior a um milhão de euros, que vai sair do cofre da Câmara, dos impostos de todos, para aumentar o património apenas de uma entidade, pelo que acha que deveria haver outra forma de o fazer.

O Presidente da Junta de Freguesia de Atei, **Joaquim Agostinho da Mota Pereira**, fez a sua declaração de voto no sentido de dizer que não tinha nada contra os investimentos que estão a ser feitos nas outras freguesias. Só tem pena de na decisão política do senhor Presidente da Câmara não estar à freguesia de Atei e não estar contemplada também para lá uma casa mortuária. -----

2.8- Aprovação de deliberação de execução de operação urbanística denominada de “Requalificação da Envolvente e Construção da Casa Mortuária do Bilhó” nos termos de protocolo a celebrar entre o Município de Mondim de Basto e a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia do Bilhó -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que, em coerência com a votação na Assembleia anterior relativa à casa mortuária de Ermelo, não concordam que uma obra com investimento público tão avultado seja entregue à paróquia. Entendem que grande parte, principalmente na parte dos estacionamento, poderia ter sido feita de outra maneira. -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Oliveira Silva** usou da palavra para dizer que relativamente a este assunto, e porque é coerente com aquilo que pensa, e aquilo que pensa é aquilo que diz, independente de estar ou não de acordo, também considera estes valores excessivamente e também acha que não podemos olhar para o investimento público e desperdiçá-lo assim de uma forma tão discriminatória. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que não se trata efetivamente de desperdiçar dinheiro público, mas sim de investir dinheiro público. E já foi aqui também dito, nesta Assembleia, de que todos concordam com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Handwritten signature

a importância destas obras. Ora, se todos concordam, alguém tem que as executar, e neste momento não há condições para as executar, e daí também não entender isto como estar a desperdiçar dinheiro público, mas sim a investir, porque é investir para a nossa população. -

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a **Proposta Aprovação de deliberação de execução de operação urbanística denominada de “Requalificação da Envolvente e Construção da Casa Mortuária do Bilhó”** nos termos de protocolo a celebrar entre o Município de Mondim de Basto e a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia do Bilhó que foi aprovada por maioria com nove votos a favor e doze abstenções. -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que o sentido de voto foi diferente de uma para outra casa mortuária, para que as pessoas percebam qual é que é essa diferença. São a favor da construção destes equipamentos ao serviço da população. No entanto, não consideram razoável gastar-se um milhão e meio de euros em três casas mortuárias quando uma, com um investimento de menor monta, prestaria o mesmo serviço à população. Não estamos propriamente no Dubai em termos financeiros. Acresce que é um investimento que, depois de concretizado, vai ser cedido à paróquia, não havendo sequer lugar a que o estacionamento fique no domínio público, como é o caso de Ermelo e do Bilhó. Mais uma vez apelam ao Executivo que negocie e reverta esta situação. Em Vilar de Ferreiros não se verifica, pois, as áreas vão ser públicas, mas aqui sim. Aqui é diferente. Além de abdicar do património vamos ter o gasto. Como é que vão ficar as contas depois? -----

2.9- Aprovação do Contrato – Programa a celebrar com a Probasto – Associação de Desenvolvimento Rural de Basto -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para prestar uns esclarecimentos. Referiu que já no ano passado trouxemos esta proposta para a realização do Grão-fundo e do NGPS - duas iniciativas. Esclareceu que a primeira edição foi assumida pelos quatro municípios da região de Basto. Este ano, fruto também da forma como surgiu o evento e também da nossa capacidade para angariar novos parceiros que pudessem financiar, conseguimos o apoio do Turismo Porto e Norte de Portugal para financiar este evento e daí também a redução do esforço dos municípios, isso para explicar o porquê do valor não ser igual ao do ano passado. Deu nota também, tal como já tinha sido assumido na edição anterior, que as chegadas e as partidas iriam ser rotativas nos quatro municípios. No ano passado foi em Ribeira de Pena, este ano foi em Cabeceiras de Basto e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Handwritten signature in blue ink

no próximo ano será em Mondim de Basto. Referiu que iremos receber este ano o NGPS que é o outro evento. Esta rotatividade já se materializou, já aconteceu do ano passado para este ano, e esperam que assim continue nos anos seguintes. -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para questionar pois é uma prova que já se realizou e só agora é que vão aprovar este apoio, é um bocado estranho. Relativamente aqui ao contexto da prova, acham muito bem que se reúnam com os outros concelhos vizinhos e que elas sejam organizadas, mas referiu que o retorno para os mondinenses não se percebeu, nem alojamento, nem restauração, passou completamente despercebida. Portanto, não sabe até que ponto é que se calhar seria importante gastar um bocadinho mais, mas termos uma prova só nossa, mas isso é uma posição pessoal, nem sequer é do grupo municipal. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que quem contratualizou a prova foi a Probasto e, portanto, daí o procedimento já ter seguido. Estão a dar o apoio à Probasto mas todo o procedimento de contratação foi, obviamente, feito antes do início da prova. -----

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a **Aprovação do Contrato – Programa a celebrar com a Probasto – Associação de Desenvolvimento Rural de Basto que foi aprovada por unanimidade.** -----

2.10- Informação do Executivo -----

Sobre este ponto da ordem de trabalho não se registou nenhuma intervenção. ---

2.11- Intervenção do público -----

Sobre este ponto da ordem de trabalho não se registou nenhuma intervenção. -----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO. -----

Tendo terminado as intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** colocou à votação a **minuta das deliberações tomadas nesta reunião, tendo sido aprovada por unanimidade.** -----

Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a presente sessão, às vinte horas, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida na sessão de 27 de setembro de 2024, e por estar conforme, foi aprovada e vai assinada pelo Senhor Presidente de Assembleia e pela funcionária Emília de Carvalho Gonçalves, designada para o efeito pela Autarquia, que a redigiu, para valer como tal. -----

Emília Gonçalves
